

PÁG 2

Conselho da Abraceel aprova plano de ação das metas de 2023

PÁG 4

Em reunião com a presença do Ministro e secretários, Abraceel explica benefícios da abertura do mercado

PÁG 7

Associações ibero-americanas de comercializadores buscam união e atuação conjunta

PÁG 9

CNI destaca aprovação do PL 414/2021 como prioridade da indústria em 2023

PÁG 11

No Agenda Setorial 2023, entidades discutem as prioridades para o setor elétrico

PÁG 13

Grupo Técnico apresenta sugestões para 2ª fase da CP sobre monitoramento prudencial

PÁG 15

Abraceel na Mídia

PÁG 16

Curtas

PÁG 21

E o Congresso?

PÁG 23

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



Conselho da Abraceel aprova plano de ação das metas de 2023

Matéria em 1 minuto:

- Documento é utilizado pela Associação para cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico e foi aprovado após contribuições dos conselheiros;
- Limites do PLD e monitoramento de mercado foram assuntos destacados em debate sobre o cenário regulatório em virtude da importância e impacto dos temas;
- Conselheiros ofereceram contribuições para a Abraceel avançar nas discussões com os parlamentares.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 16.03, o Conselho de Administração da Abraceel realizou reunião extraordinária, aberta à presença das associadas, para finalizar a avaliação do plano de ação proposto pela Diretoria Executiva com vistas a cumprir as metas definidas no planejamento estratégico. Os conselheiros também debateram o cenário regulatório e político no contexto do novo governo.

Plano de ação das metas: conselheiros aprovam proposta

Rodrigo Ferreira finalizou a apresentação do plano de ação para cumprimento das metas definidas para 2023, explicando as iniciativas para as bandeiras segurança e sustentabilidade do mercado, formação de preços e eficiência e inovação do mercado. Após contribuições, os conselheiros aprovaram o plano de ação proposto.

Cenário regulatório: limites do PLD e monitoramento prudencial no foco

Alexandre Lopes, Vice-Presidente de Energia, apresentou cenário das principais iniciativas regulatórias em curso, destacando as mais impactantes e urgentes, como a discussão a respeito dos limites do PLD. Neste caso, a Aneel informou que está elaborando a Análise de Resultado Regulatório - ARR, com previsão de término no primeiro semestre. A Abraceel agendou reunião do Grupo Técnico para o dia 04.04, às 10h, para dar continuidade às avaliações do tema com as associadas.

Outro tema priorizado foi sobre o monitoramento de mercado, objeto da segunda fase da Consulta Pública 11/2022 da Aneel. A CCEE acabou de apresentar aos agentes as propostas operacionais para o funcionamento do monitoramento prudencial, etapa essencial para que seja possível começar os testes do “período sombra”.

Cenário político: as relações entre governo e Congresso Nacional

Ângela Oliveira, Diretora de Relações Institucionais, apresentou análise do cenário político envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo, abordando temas como a formação





da base governista e a pauta prioritária do governo federal. Além disso, foram destacados assuntos como a composição da Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados e a agenda de relacionamento da Abraceel com parlamentares para discutir as bandeiras da Associação. Os conselheiros ofereceram contribuições para a Abraceel fortalecer a agenda de discussões com os parlamentares.

A apresentação pode ser acessada [aqui](#).



Em reunião com a presença do Ministro e secretários, Abraceel explica benefícios da abertura do mercado

Matéria em 1 minuto:

- O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) se reuniu com o ministro do MME e demais secretários para apresentar a agenda do setor, explicando no encontro as principais demandas para os próximos anos;
- Rodrigo Ferreira apresentou o tema de maior relevância para a Abraceel, a abertura do mercado de energia, com ênfase nos benefícios para o consumidor brasileiro;
- Silveira frisou que pautará atuação com base no diálogo, estabilidade e segurança jurídica e que é sua a responsabilidade de tomar decisões.



Tempo de leitura:
3 minutos



No dia 24.03, representantes das associações que integram o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) participaram de reunião que contou com a presença do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, encontro originalmente agendado com o Secretário-Executivo, Efrain Cruz, e demais secretários Gentil Nogueira (Energia Elétrica) e Thiago Barral (Planejamento e Transição Energética).

O objetivo foi apresentar ao Ministério os temas considerados estratégicos na visão dos agentes setoriais e ouvir as diretrizes do governo federal para a área energética. Por

parte da Abraceel, participaram o Presidente-Executivo Rodrigo Ferreira e o Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação Bernardo Sicsú.

A [agenda de propostas do Fase](#) apresenta 16 temas de consenso agrupados em cinco seções, entre eles acelerar a abertura do mercado de energia e reduzir encargos e subsídios.

Rodrigo Ferreira foi o relator da proposta de acelerar a abertura do mercado de energia, explicando a importância e os benefícios econômicos e sociais de conceder o direito de escolha a todos os consumidores de energia.

O Presidente-Executivo da Abraceel também analisou o momento do Brasil e de outros países na transição energética, apontando que o Brasil está bem posicionado na descarbonização da matriz elétrica, mas muito atrasado na descentralização e digitalização, temas que, para serem impulsionados, precisam da abertura completa do mercado de energia.

Ministro buscará diálogo e consenso, mas tomará decisões

O Ministro Alexandre Silveira ressaltou que tem compromisso com o diálogo para construir as soluções convergentes para o futuro sustentável do setor, que a previsibilidade e a segurança jurídica serão princípios no processo decisório e que a diretriz é não adotar nenhuma mudança brusca de rumos no mercado, buscando harmonia com as instituições e agentes. O foco, segundo ele, está na industrialização, conteúdo nacional, licenciamento, consumidores mais vulneráveis.

O Ministro explicou que os primeiros 80 dias diante da pasta foram aproveitados para conhecer os temas conduzidos pelo MME e que está “muito entusiasmado com as oportunidades”. Disse ainda que há grande alinhamento com as visões do presidente da República, que foi ao MME e participou da última reunião do CNPE. Silveira considera que o CNPE é o fórum adequado para decisão das políticas públicas.

Quanto à relação do MME com o Congresso Nacional, que deve deliberar sobre o PL 414/2021, Alexandre Silveira fez questão de apontar a experiência pregressa no Poder Legislativo e mencionou que há “oportunidades para PL 414 e modernização”. Ressaltou que a política pública é feita em conjunto pelo MME com o Parlamento e informou que está buscando trabalhar mais próximo dos órgãos reguladores.

Ao finalizar, afirmou estar ciente de que cada decisão em um segmento impacta o outro e reforçou que haverá busca por consenso o máximo possível, mas que as decisões e resultados são responsabilidades dele.

Silveira também afirmou que o MME quer garantir retornos sociais, alinhado com o que foi estabelecido pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, pe-

diu apoio dos representantes das associações para encorajar empresas a investirem no setor elétrico e no país, afirmando que o governo garantirá previsibilidade regulatória e estabilidade no funcionamento das agências reguladoras.

Secretário-Executivo aponta para protagonismo do consumidor

Efrain Cruz deixou claro aos executivos presentes no encontro entre MME e Fase que o protagonismo do consumidor é uma prioridade e destacou que também é possível evoluir muito a partir de medidas mais simples, fazendo o “feijão com arroz”. Esclareceu que, há poucos dias à frente do segundo posto mais importante do ministério, deve consumir algum tempo até se inteirar com mais profundidade da agenda setorial à cargo da pasta e que buscará dialogar com os representantes sobre os diferentes temas em condução.

Já o secretário Thiago Barral ressaltou que estudos internacionais mostram como a transição energética, inclusive a descarbonização, diretriz bastante avançada no Brasil, depende do maior protagonismo do consumidor.

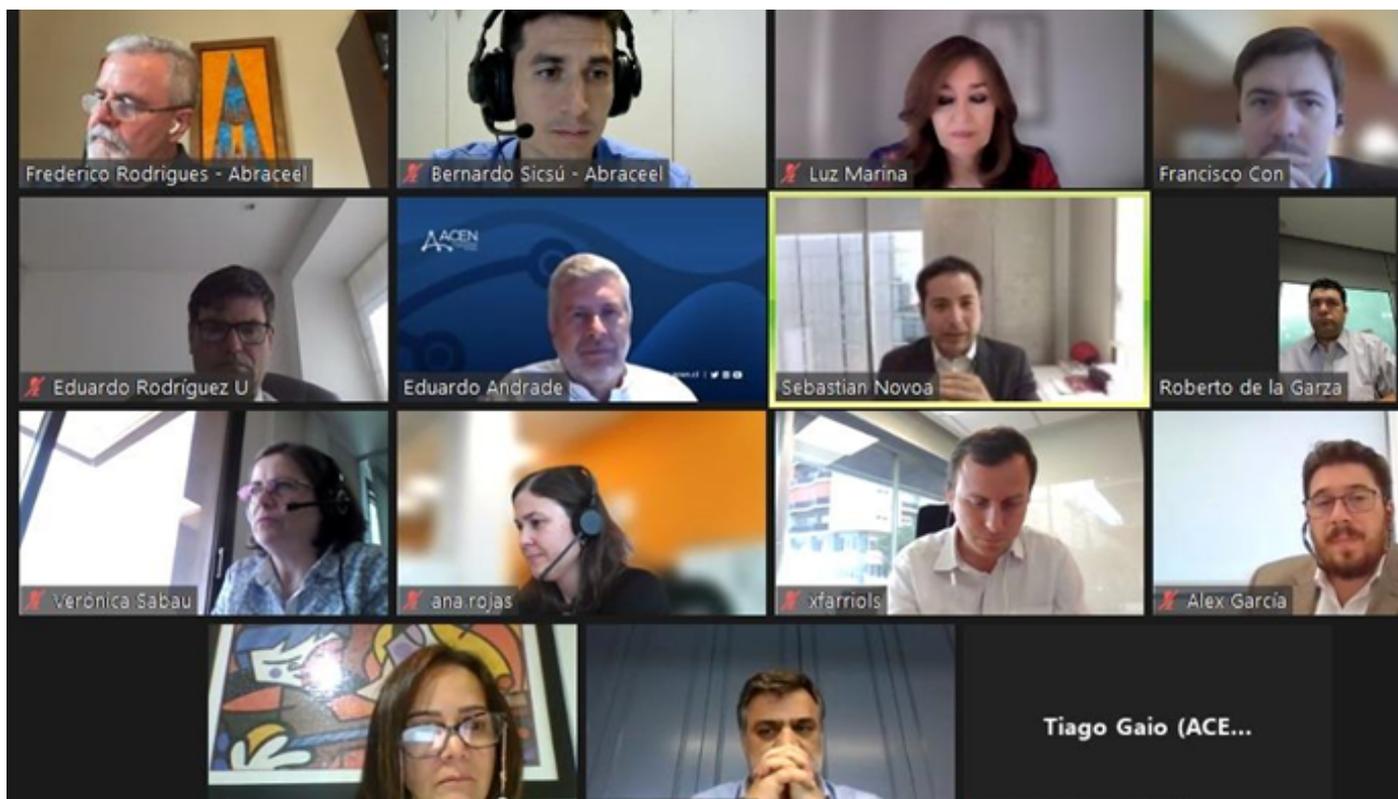
Associações ibero-americanas de comercializadores buscam união e atuação conjunta

Matéria em 1 minuto:

- Ideia é criar uma associação ou federação de associações para impulsionar o desenvolvimento da atividade de comercialização de energia nos países envolvidos;
- Visão é promover mercado energético ibero-americano liberalizado para estimular a comercialização entre os agentes e a troca de experiência entre os países;
- Próxima reunião já está agendada para dia 04.04 com objetivo de discutir governança, prioridades e ações.



Tempo de leitura:
2 minutos



Foi realizada no dia 20.04 a primeira reunião de associações ibero-americanas de comercializadores de energia com a visão de concretizar a criação de uma associação ou federação de associações. O objetivo é impulsionar o desenvolvimento da atividade de comercialização de energia na região.

Participaram representantes de seis países, atrelados às associações do Brasil (Abraceel, representada por Bernardo Sicsú e Frederico Rodrigues), Chile (ACEN, Asociación Chilena de Comercializadores de Energía), Colômbia (ACCE Asociación Colombiana de Co-



comercializadores de Energía), Espanha (Asociación de Comercializadores Independientes de Energía), México (ACE, Asociación de Comercializadores de Energía) e Portugal (Acemel, Associação de Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado).

Para os participantes, a figura do comercializador associa-se ao crescimento que o mercado energético tem experimentado nos últimos anos, aos avanços da tecnologia e da inovação, ao desenvolvimento das energias renováveis e à necessidade de reduzir os custos aos consumidores, bem como à necessidade de modernizar o modelo setorial e restabelecer a separação entre o serviço público de distribuição de energia e o papel da comercialização na compra e venda do insumo ao consumidor final.

A pretensão é promover um mercado energético ibero-americano plenamente liberalizado, capaz de aproveitar as capacidades naturais de cada país para importar e exportar energia nas melhores condições possíveis, buscando desenvolver um marco regulatório homogêneo, com procedimentos comerciais e regulatórios harmonizados, incluídos, por exemplo, o direito contratual e fiscal como eixo na proteção do consumidor e na gestão transparente de dados, de forma a permitir a competição entre comercializadores dos distintos países interconectados.

Vale ressaltar que o trabalho conjunto entre as associações permitirá um rico intercâmbio de experiências e conhecimentos com vistas a acelerar o desenvolvimento do mercado nos diferentes países.

Na primeira reunião, as discussões envolveram a revisão de uma minuta para uma declaração comum de princípios, ainda em elaboração. A agenda de conversas terá prosseguimento, com reunião já agendada para o dia 04.04, às 12h, para definição do nome da associação ou federação, eleição do presidente, governança de atuação e definição de prioridades e ações.



CNI destaca aprovação do PL 414/2021 como prioridade da indústria em 2023

Matéria em 1 minuto:

- Confederação Nacional da Indústria lançou nova edição da agenda legislativa e defendeu urgência para a aprovação do projeto de lei que promove a modernização do setor elétrico;
- Documento lista 139 matérias legislativas estratégicas para a indústria, das quais 12 são apontadas como prioritárias;
- Abraceel defendeu que a modernização do setor elétrico, com a abertura do mercado, fosse indicada como prioridade, obtendo apoio da CNI para o PL 414/2021.



Tempo de leitura:
2 minutos



PL 414/2021

UMA DAS REFORMAS
ECONÔMICAS MAIS
IMPORTANTES DO BRASIL

 **ABRACEEL**
Associação Brasileira dos
Comerciantes de Energia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou a [Agenda Legislativa da Indústria](#) no dia 28.03 em sessão solene no Congresso Nacional. O documento lista 139 matérias, das quais 12 prioritárias, que aguardam deliberação dos parlamentares e são consideradas estratégicas para melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico e social do país.



A modernização do modelo regulatório do setor elétrico, refletida no PL 414/2021, está entre as 12 propostas legislativas prioritárias na medida em que apresenta maior potencial para aumentar a competitividade da economia brasileira.

A Abraceel participou da discussão e seleção dos temas listados na Agenda Legislativa da Indústria, inclusive presidindo o grupo que debateu o tema de infraestrutura, defendendo a inclusão das matérias que tratam da modernização setorial e da abertura do mercado como prioritárias, angariando apoio da CNI para o PL 414/2021.

As 12 propostas consideradas essenciais pela CNI são:

- 1.** Reforma tributária (PL 2.159/2021)
- 2.** Marco legal do reempreendedorismo e recuperação judicial de MPEs (PLP 33/2020)
- 3.** Licenciamento ambiental (PL 2.159/2021)
- 4.** Regulamentação do mercado de crédito de carbono (PL 528/2021 e PL 3.100/2022)
- 5.** Modernização da “Lei do Bem” (PL 4.944/2020)
- 6.** Modernização do setor elétrico (PL 414/2021)
- 7.** Marco legal das garantias (PL 4.188/2021)
- 8.** Estatuto do aprendiz (PL 6.461/2019)
- 9.** Permissão para o trabalho multifunção (PL 5.670/2019)
- 10.** Regulamentação do limbo previdenciário (PL 3.236/2020)
- 11.** Incentivos de IRPJ e reinvestimento nas áreas da Sudam e da Sudene (PL 4.416/2021)
- 12.** Código de Defesa do Contribuinte (PLP 125/2022)

Com o retorno dos trabalhos no Poder Legislativo, a Abraceel continuará cumprindo sua agenda no Congresso Nacional, atuando em parceria com a CNI, para que o PL 414/2021 entre em votação e seja aprovado.

No Agenda Setorial 2023, entidades discutem as prioridades para o setor elétrico

Matéria em 1 minuto:

- Alexandre Silveira, ministro do MME, abordou energia sustentável, questões sociais e importância do diálogo com o mercado;
- Assuntos indicados como prioritários por ONS, Aneel e CCEE mostraram sintonia com a agenda da Abraceel para consolidar o ambiente de contratação livre de energia;
- Abraceel participou de três dos cinco painéis do evento, liderando as discussões sobre as prioridades para o ano.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Agenda Setorial 2023, evento do Canal Energia, foi realizado no dia 29.03 no Rio de Janeiro e promoveu debates sobre os principais temas prioritários do setor elétrico, alinhados ao planejamento estratégico da Abraceel. Assim como em 2022, a Associação foi copromotora do evento e auxiliou na definição dos assuntos abordados.

Autoridades da governança pública do setor elétrico, como diretores e conselheiros do ONS, Aneel e CCEE, compareceram ao evento, que tradicionalmente indica as prioridades da agenda do setor elétrico no ano. Os assuntos categorizados como preferenciais convergem com a agenda da Abraceel para aprimorar e consolidar o funcionamento do ambiente de contratação livre no Brasil.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou remotamente e reafirmou foco em energia sustentável, avanços em pautas do setor energético com retornos sociais e frisou a disponibilidade do ministério para dialogar com os representantes setoriais.

Rodrigo Ferreira participou do primeiro painel, que abordou a agenda 2023 e o avanço sustentável do mercado de energia no Brasil, ao lado de Marcos Madureira, Presidente da Abradee, que representou o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), além de Diogo Mac Cord (EY). Rodrigo enfatizou as prioridades para o ano, alinhadas com as bandeiras da Abraceel - abertura do mercado, segurança do mercado, formação de preços e eficiência e inovação do setor -, todas em consonância com a agenda do Fase, disse.

O segundo painel trouxe temas relacionados à agenda do consumidor de energia. Pela Aneel, o diretor Hélvio Guerra destacou que o equilíbrio entre os agentes gera benefícios para a sociedade e informou que a agência se prepara para a modernização do modelo setorial, o que inclui abertura do mercado, crescimento da MMGD, modernização tarifária, medição inteligente e sistemas de armazenamento.



No painel sobre os quase 100 dias do governo, a Diretora de Relações Institucionais da Abraceel, Ângela Oliveira, apresentou nuances do cenário político e da condução da pauta do setor elétrico no Congresso Nacional ao lado do ex-deputado federal Paulo Ganime. Ângela também explicou detalhes da agenda prioritária do governo federal e um balanço das ações no Congresso Nacional para o setor elétrico.

No painel sobre segurança de mercado, a moderação foi realizada por Alexandre Lopes, Vice-presidente de Energia da Abraceel. Representada pela conselheira Rose Santos, a CCEE informou que acolheu a proposta da Abraceel para considerar o “stress test” com Var histórico desde 2020.

Por fim, o último debate envolveu discussões sobre as prioridades no aperfeiçoamento da formação de preços em 2023.



PSR promove workshop sobre as perspectivas da transição energética

No dia 30.03, a Abraceel esteve presente no Workshop PSR/Canal Energia que abordou os caminhos para a transição energética com modicidade tarifária e contou com palestra inaugural de Mario Veiga, fundador e Diretor de Inovação da PSR.

Os temas, ao longo do dia, abordaram as oportunidades para o Brasil na agenda da redução de emissões de carbono, eficiência e resiliência do setor elétrico, transição energética e novas tecnologias e serviços. Também foram abordadas as perspectivas para o suprimento energético e cenários de preços e tarifas.



Grupo Técnico apresenta sugestões para 2ª fase da CP sobre monitoramento prudencial

Matéria em 1 minuto:

- Associação atuará para implementação célere do período sombra do monitoramento da alavancagem;
- GT reafirma posição contrária à divulgação da exposição das cinco maiores contrapartes, destacando que não deve ser feita antes da governança do monitoramento ser bem definida, o que inclui a responsabilização em caso de vazamento das informações;
- GT recomenda que nova discussão pública precisa ser realizada após o período sombra e antes da implementação do monitoramento para definir parâmetros e detalhes operacionais.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 27.03, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a contribuição da Associação à segunda fase da Consulta Pública 11/2022 da Aneel, que versa sobre monitoramento prudencial do mercado de energia elétrica.



Na reunião, que contou com a presença de cerca de 160 participantes, foram discutidos os pontos chaves da minuta de contribuição da Abraceel, enviada anteriormente aos integrantes do Grupo Técnico, como (i) a decisão de todos os agentes serem monitorados, com exceção dos agentes de distribuição; (ii) a realização dos cálculos do fator de alavancagem (FA) pela própria plataforma da CCEE; (iii) a posição contrária da Associação quanto ao envio da exposição das cinco maiores contrapartes; e (iv) o que será levado em consideração para a declaração do patrimônio líquido.



Um ponto de preocupação levantado durante a reunião foi a questão da janela de envio das informações necessárias para o cálculo do fator de alavancagem. Na visão das associadas, devem ser estabelecidos um período de referência para o envio das informações para compor o cálculo desse indicador e o dia fixo que as informações deverão ser submetidas ao sistema da CCEE.

Em relação à governança das informações enviadas à CCEE, as empresas destacaram que há definições a serem apresentadas, principalmente quanto à responsabilização individual dos técnicos que terão acesso às informações enviadas, em caso de vazamentos, mas também a pertinência de estabelecer um período de quarentena ao profissional que tiver acesso às informações e, posteriormente, se desligar da CCEE.

Outra preocupação com relação ao fator de alavancagem foi apontada na reunião. Mesmo que publicado com defasagem temporal, o FA pode emitir um sinal errôneo ao mercado. Contudo, o posicionamento histórico da Associação a respeito da importância da publicação do FA será mantido, mas haverá manifestação explícita na contribuição para que haja definição do rito para a publicação dessa informação ao mercado.

Para as associadas, a finalidade de enviar à CCEE as informações referentes às cinco maiores contrapartes ainda não está clara. Por isso, enquanto não houver governança clara sobre responsabilizações bem definidas, essa informação não deveria ser enviada à Câmara.

Ademais, a Abraceel destacará a importância de ser realizada consulta pública após o período sombra para definição de parâmetros e demais processos de operacionalização antes da sua implementação definitiva.

A minuta de contribuição, atualizada com as contribuições dos participantes da reunião, será enviada em breve ao Grupo Técnico. O prazo para as associadas enviarem sugestões terminará dia 07.04. A apresentação realizada na reunião pode ser vista na área restrita do site da Abraceel, aba “Apresentações Exclusivas”, assim como a apresentação realizada pela Genial durante a reunião.



ABRACEEL NA MÍDIA



SANEAMENTO PUXA CRESCIMENTO DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



MERCADO LIVRE JÁ ATENDE A 90% DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

I Canal Energia

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)



CONFIGURAÇÃO DO NOVO GOVERNO AINDA É DESAFIO PARA ESTE ANO

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

PLDmin: Desembargador nega embargos de declaração da Aneel

No dia 30.03, o Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, do TRF1, negou provimento aos embargos de declaração apresentados pela Aneel no processo movido pela Enercore e determinou “o imediato cumprimento da decisão embargada, sob pena de cominação de multa diária, sem prejuízo das demais medidas pertinentes”. Em sua decisão, o desembargador reforçou seu entendimento de que a vinculação do valor mínimo do PLD à TEO Itaipu viola os critérios dispostos no art. 57, § 3º, do Decreto 5.163/2004, pois “inclui custos estranhos à operação e manutenção das usinas e à compensação financeira pelo uso de recursos hídricos”. Vale ressaltar que a Procuradoria Federal da Aneel, em reunião com a Abraceel no dia 14.03, disse enxergar impossibilidade jurídica em operacionalizar a decisão e que essa operacionalização, se vier a ocorrer, deverá ser aplicada especificamente para a empresa que impetrou a ação. A Agência ainda pode recorrer da decisão.

Classificação das comercializadoras em tipo 1 e tipo 2 entra na pauta da Aneel

Foi inserida na pauta da reunião pública da Diretoria Colegiada da Aneel do dia 04.04 os requerimentos administrativos protocolados pela BP Comercializadora e pela Statkraft com vistas a tornar

excepcionais dispositivos da Resolução 1.014/2022, que trata, dentre outras questões, da classificação dos comercializadores em Tipo 1 e 2. Diante da não publicação dos Procedimentos de Comercialização que detalham os aspectos operacionais da classificação, a Abraceel enviou, no dia 28.03, carta ao relator do processo, Fernando Mosna, pleiteando a prorrogação dos efeitos da resolução normativa por um período mínimo de um ano, de forma a permitir a correta internalização das novas regras pelas empresas. A Associação terá reunião com o relator nesta sexta, 31.03, para debater o assunto. A [carta da Abraceel](#) está disponível na área do associado.

Migração: Bradesco simplifica procedimento para abertura de conta corrente

Desde o dia 23.03, o banco Bradesco passou a dispensar a necessidade de os agentes da CCEE enviarem, em via física, os documentos necessários para abertura de conta corrente, requerendo somente a assinatura digital. A medida atende demanda da Abraceel e suas associadas e simplifica a operação para todos os envolvidos. Caso o agente tenha iniciado o processo de abertura sob o procedimento anterior, deve verificar com o Bradesco a possibilidade de dar continuidade no novo processo e, caso haja qualquer impedimento para adotar as assinaturas digitais, o banco permitirá que sejam assinadas vias físicas dos documentos, acompanhado do reconhecimento de firma. O passo a passo atualizado para abertura de contas pode ser encontrado no [link](#).



Com mais duas empresas, Abraceel passa a contar com 106 associadas

Durante a semana, duas empresas concluíram o processo de adesão à Abraceel: World SE e Paraty. Com as novas associadas, o quadro associativo da Abraceel passa a contar com 106 empresas.



Resultados da 1ª revisão quadrimestral da carga são apresentados ao mercado

No dia 29.03, foi realizado Workshop envolvendo representantes do ONS, EPE e CCEE para apresentar os resultados da primeira revisão quadrimestral das previsões de carga para o PLAN 2023-2027 e inclusão da MMGD na carga global. Para este ano, o aumento previsto é de 2,6% na carga, sem considerar a MMGD, o que atinge o volume de 71.569 MWmed. Para o horizonte 2023-2027, a indicação é de um crescimento anual de 3,2%, que atingiria 81.540 MWmed no fim do período. Destaca-se que, a partir dessa primeira revisão, a base de MMGD existente na parcela de carga passará a ser representada. O bloco de MMGD apurado é de 3.155 MWmed e será representado a partir do PMO de maio, conforme a Abraceel informou em versões anteriores do Relatório Semanal. Essa geração será registrada tanto na carga, quanto na oferta, resultando em efeito

líquido nulo. As apresentações realizadas no workshop em questão estão disponíveis no [link](#).

1ª Rev. Quadrimestral PLAN 2023-2027 sem MMGD (B) *					
Subsistemas	2023	2024	2025	2026	2027
Subsistema Norte	6.857	7.156	7.367	7.734	7.954
Subsistema Nordeste	11.535	12.002	12.422	12.944	13.422
Subsistema SE/CO	40.743	42.016	43.279	44.592	45.992
Subsistema Sul	12.435	12.817	13.236	13.696	14.173
Sistema Interligado Nacional	71.569	73.991	76.304	78.966	81.540

1ª Rev. Quadrimestral PLAN 2023-2027 sem MMGD (B) *							
Subsistemas	2023	2024	2025	2026	2027	2022-2027	2023-2027
Subsistema Norte	10,2%	4,4%	2,9%	5,0%	2,8%	5,1%	3,8%
Subsistema Nordeste	2,1%	4,1%	3,5%	4,2%	3,7%	3,5%	3,9%
Subsistema SE/CO	1,5%	3,1%	3,0%	3,0%	3,1%	2,8%	3,1%
Subsistema Sul	2,5%	3,1%	3,3%	3,5%	3,5%	3,2%	3,3%
Sistema Interligado Nacional	2,6%	3,4%	3,1%	3,5%	3,3%	3,2%	3,3%

Agenda do mercado: Abraceel se reúne com Genial, Eneva e Exponencial

Na semana anterior, a Abraceel participou de reuniões com representantes das associadas Genial, Eneva e Exponencial para discutir aspectos inerentes à agenda do mercado de energia. As conversas, cada qual com um escopo, envolveram temas intrínsecos às bandeiras da Associação – abertura de mercado, formação de preços, segurança de mercado, eficiência e inovação – bem como comunicação e a agenda no Congresso Nacional.

Fórum do Gás se reúne com diretor do MME para apresentar a agenda de trabalho

A coordenação do Fórum do Gás se reuniu com o Diretor de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, Artur Watt, para apresentar a agenda de trabalho do colegiado, indicar o interesse em participar das discussões relativas ao novo programa conduzido pelo MME, denominado Gás para Empregar, e apontar a necessidade de envolvimento do ministério para buscar harmonia entre as regulações federal e estaduais. O Diretor

do MME informou que programas já iniciados continuarão a ser conduzidos pelo departamento, mesmo que com outra abordagem, e que as discussões do programa Gás para Empregar ainda estão em estágio inicial, à espera da publicação de uma resolução do CNPE e Medida Provisória. O grupo de trabalho a ser instituído pela resolução será composto por integrantes do governo federal e terá objetivo de tornar operacionais as diretrizes ministeriais. Mesmo assim, o executivo informou os representantes do Fórum do Gás que há possibilidade de que os agentes da indústria sejam convidados para discutir proposições no grupo ministerial.

Abraceel cria agenda para atualização automática do calendário de reuniões

Com o intuito de facilitar a gestão de reuniões da Abraceel, as associadas têm agora à disposição um mecanismo para atualização automática da agenda de compromissos organizados pela Associação, como reuniões do Conselho de Administração, Assembleias, Planejamento Estratégico e discussões do Grupo Técnico. A Abraceel enviou aos associados cadastrados no mailing do Grupo Técnico e-mail com instruções para adicionar o calendário de reuniões da Associação ao calendário privado de cada um. Dessa forma, o calendário privado de cada um poderá ser automaticamente atualizado quando a Abraceel agendar nova reunião. Caso as empresas associadas queiram que mais colaboradores recebam os convites e a atualização do calendário,

basta enviar e-mail para abraceel@abraceel.com.br. Ressaltamos que, independentemente desse mecanismo recém-lançado, de atualização automática do calendário particular dos associados, os convites para participar das reuniões do Grupo Técnico continuarão a ser enviados por e-mail, como ocorre atualmente.

Responda a pesquisa de opinião sobre o Relatório Semanal da Abraceel

Buscando aperfeiçoar os trabalhos e atender melhor às necessidades das associadas, a Abraceel gostaria de ouvir sua opinião a respeito do Relatório Semanal, principal informativo produzido pela Associação e enviado exclusivamente para as associadas, com informações semanais sobre a atuação da Abraceel e temas de interesse do mercado livre. Não há limite de respostas por associada. As respostas são sigilosas e serão divulgadas de forma consolidada. O questionário, que demora dois minutos para ser respondido, está aberto para participação até o dia 05.04. Clique [aqui](#) e responda!

Carta para Aneel trata de entraves para migração

A Abraceel enviou correspondência para a Aneel na qual explica dificuldades enfrentadas pelos consumidores de energia em alta tensão para iniciar os processos de migração para o mercado livre, de forma a usufruir os benefícios em janeiro de 2024, e solicita providências do regulador. A carta está disponível no [site](#) da Abraceel.



CCEE trabalha em proposta para simplificar migração via varejista após 2024

No dia 28.03, a Abraceel se reuniu com Gustavo Scignoli, especialista regulatório e de regras na CCEE, para discutir medidas para simplificar o processo de migração para o mercado livre. A Câmara estuda atualmente alternativas com vistas a beneficiar a expansão do mercado livre após 2024 via representação varejista. O executivo da CCEE ressaltou que o tema ainda está em discussão interna na Câmara e que, uma vez aprovado, será apresentado aos agentes, tendo a Abraceel reforçado o compromisso de seguir trabalhando com a CCEE em favor da desburocratização do processo de migração para o mercado livre.

Seminário do governo paulista analisa desafios para avanço do mercado de gás

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo realizou no dia 30.03 o seminário Mercado de Gás Natural no Estado de São Paulo. Foram analisados os desafios atuais do mercado de gás natural, que incluem cenários de baixa oferta de gás natural e baixa atratividade dos investimentos em indústrias intensivas em gás natural. Também foi discutida a importância da harmonização das regulações federal e estaduais para o desenvolvimento do mercado, pleito histórico da Abraceel. Como exemplo de ponto que requer harmonização, foram citados o tratamento dado aos comercializadores

de gás e a interconexão entre as malhas de transporte e de distribuição, em que deve haver protocolos de responsabilidade e procedimentos mútuos de operação únicos para todos os gasodutos em questão, sem distinção entre os estados. O seminário pode ser visto na íntegra no [link](#).

ANP prorroga prazo de CP sobre acesso de terceiros a gasodutos

No dia 30.03, a diretoria da ANP comunicou a prorrogação, por 20 dias, contados a partir de 31 de março, do prazo da Consulta Prévia 1/2023, que trata da regulamentação do acesso negociado e não discriminatório de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL. O comunicado pode ser acessado [aqui](#).

Fórum Brasileiro de Líderes em Energia é adiado para os dias 01 e 02 de junho

Devido à visita oficial à China de comitiva brasileira, composta por empresários e autoridades, o Fórum Brasileiro de Líderes em Energia ganha nova data e acontecerá nos dias 01 e 02.06, no Fairmont, Rio de Janeiro. Além do local, a programação com debatedores convidados, entre ministros, governadores e deputados, está mantida. Inscrição e demais informações podem ser acessadas pelo [link](#).



Governo zera impostos federais para produção nacional de painéis solares

O governo federal publicou o [Decreto 11.456/2022](#), pelo qual atualiza e expande o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), criado em 2007 para impulsionar a fabricação nacional de semicondutores, que passa a incluir agora componentes para a produção interna de placas de energia solar fotovoltaica. Os investidores ficam isentos dos seguintes tributos: PIS/Cofins, inclusive sobre importação; Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Importação na aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, insumos e softwares voltados para produzir placas de energia solar.

MME deve apresentar em maio regras para renovação de concessões de distribuição

O Ministério de Minas e Energia, em ofício enviado ao TCU, informou que deve abrir consulta pública até o dia 10.04 para discutir as regras para a renovação das concessões de distribuição de energia elétrica. A medida atende recomendação do Tribunal que, no dia 29.03, determinou a elaboração de diretrizes, regras e regulamentos para a renovação dessas concessões.

Receba o relatório semanal por WhatsApp

A Abraceel informa que os representantes e colaboradores das associadas po-

dem escolher receber o Relatório Semanal, informativo semanal produzido pela Associação, via WhatsApp. A solicitação pode ser feita de duas formas: enviar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br ou uma mensagem diretamente para (61) 99608-6963 informando o número de telefone. É importante salvar o número de telefone aqui mencionado para poder receber o Relatório Semanal, enviado às associadas toda sexta-feira à tarde no formato PDF.

Qualquer dificuldade, entre em contato com a equipe da Abraceel.

MME estabelece prazo de duração para exportação de energia ao Uruguai e Argentina

No dia 30.03 o MME publicou a Portaria 62/2023, que altera a Portaria 418/2019, estabelecendo o período máximo de 60 dias para exportação de energia elétrica do Brasil para a Argentina e Uruguai. Além disso, a Portaria adicionou a obrigação de o ONS disponibilizar informação periódica sobre o planejamento e programação da operação das usinas termelétricas, de forma a garantir transparência aos agentes interessados no processo e estabeleceu que essas diretrizes de exportação valem até 30.09.2023. A Portaria pode ser lida na íntegra no [link](#).



A semana trouxe reflexos dos desentendimentos entre Câmara e Senado acerca da tramitação das medidas provisórias. Legislativo avançou na votação de MPs remanescentes do governo Bolsonaro.

Novo arcabouço fiscal – pauta prioritária para o governo ainda neste primeiro semestre, o governo federal começou a apresentar o tema para o Poder Legislativo. O assunto deve ser objeto de projeto de lei complementar, que exige quórum qualificado de 257 deputados e 41 senadores. Diante do desafio de formar uma base de apoio consistente, o governo precisará dialogar bastante para fazer essa pauta avançar. O presidente da Câmara dos Deputados disse que pretende votar a matéria em duas semanas.

Governo aguarda avanço na tramitação de MPs prioritárias na próxima semana – Senado e Câmara estão em desacordo quanto à tramitação de medidas provisórias. Nesse imbróglio, o governo está preocupado com algumas MPs que tratam de temas prioritários, a exemplo da que promove a reorganização da esplanada, do Minha Casa Minha Vida e do Bolsa Família. Há compromisso do Presidente da Câmara dos Deputados para avançar com essa pauta. Caso as MPs percam validade, há proposta para que voltem a tramitar como projeto de lei em regime de urgência.

Comissão de Minas e Energia propõe mais audiências públicas – na segunda reunião deliberativa da Comissão de Minas e Energia da Câmara, os deputados aprovaram mais requerimentos de audiência pública. Vale destaque para a priorização do tema da mineração, pois, além de audiência para debater a atuação da Agência Nacional de Mineração, houve a criação da Subcomissão Permanente de Mineração.

O que isso significa? Depende. Uma subcomissão é um órgão sem poder decisório, reservado a discutir temas circunscritos a sua atuação. Na subcomissão citada, serão debatidos temas correlatos à mineração. Esse colegiado pode produzir um relatório que, posteriormente, será apreciado na respectiva comissão a que pertence. Pode ser uma sinalização de avanço nas discussões sobre determinado tema. Por outro lado, pode ser que não haja desdobramentos. Como é de conhecimento de todos, matérias avançam quando há vontade política.

Novo bloco surgindo na Câmara - A semana marcou o surgimento de um novo bloco liderado pelo deputado Fabio Macedo (Podemos-MA). Líder do partido, agregou 142 parlamentares do MDB, PSD, Republicanos, PSC e Podemos. Macedo é um deputado aliado de Flávio Dino, ministro da Justiça de Lula. É preciso acompanhar a reorganização de forças no Legislativo.





PRÓXIMA SEMANA

03.04 - Segunda-feira: Abraceel se reúne com a associada CPFL para discutir sobre o mercado livre de gás natural, às 14h30.

04.04 - Terça-feira: Abraceel realiza reunião do Grupo Técnico para tratar sobre os limites do PLD, às 10h;

Abraceel participa de reunião para discutir a proposta de criação de uma associação ou federação ibero-americana de comercializadores de energia, às 12h;

Abraceel se reúne com o advogado Urias Martiniano, do escritório Tomanik Martiniano Sociedade de Advogados, para discutir sobre o comercializador varejista, às 14h;

Abraceel participa de workshop da Coordenação de Trabalhos Técnicos da Cpamp para discutir o andamento das atividades em curso no biênio 2022-2023, às 15h.

05.04 - Quarta-feira: Abraceel se reúne com Daniel Maia, diretor da ANP, para discutir sobre o comercializador independente de etanol, às 15h.

